

≡ EFEITOS DO DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL ≡



Credores inexigíveis

Art. 5º Não são exigíveis do devedor, na recuperação judicial ou na falência:

I — as obrigações a título gratuito;

II — as despesas que os credores fizeram para tomar parte na recuperação judicial ou na falência, salvo as custas judiciais decorrentes de litígio com o devedor.

Credores excluídos

- Eles podem cobrar suas dívidas, mas não dentro da recuperação judicial.

a) Fisco (tributos).

*Indenização pode ser cobrada dentro da RJ.

b) Trava bancária - Credor proprietário (art. 49 §§3º, 4º)

- » Arrendamento mercantil (leasing) - o cliente tem o direito de usar a coisa; no final do uso, ele pode devolver, comprar.

- » Alienação fiduciária - compra parcelada.

- » Promessa de compra e venda

- » Reserva domínio.

- » Adiantamento de câmbio para exportação.

*O juiz não julga esses contratos.

*Não estão dentro do plano de RJ.

c) Extraconcursais:

Pagamento na forma do negócio.

Vinculados

- São concursais.

Art. 49, caput.

- Pagamento na forma do plano de RJ homologado.

Efeitos

1) Suspensão (art. 6º):

Art. 6º, § 4º, Na recuperação judicial, as suspensões e a proibição de que tratam os incisos I, II e III do caput deste artigo perdurarão pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado do deferimento do processamento da recuperação, prorrogável por igual período, uma única vez, em caráter excepcional, desde que o devedor não haja concorrido com a superação do lapso temporal.

*Deveria ser o máximo para análise do plano.

Art. 52, III — ordenará a suspensão de todas as ações ou execuções contra o devedor, na forma do art. 6º desta Lei, permanecendo os respectivos autos no juízo onde se processam, ressalvadas as ações previstas nos §§ 1º, 2º e 7º do art. 6º desta Lei e as relativas a créditos excetuados na forma dos §§ 3º e 4º do art. 49 desta Lei;

*As ilíquidas não suspendem, os excluídos também não suspendem e nem as ações trabalhistas.

2) AJ (21 a 34):

3) Verificação:

4) Plano:

Pedido de reserva

- Serve para proteger um resultado.

Art. 6º, § 3º, O juiz competente para as ações referidas nos §§ 1º e 2º deste artigo poderá

Vis atrahitvis

determinar a reserva da importância que estimar devida na recuperação judicial ou na falência, e, uma vez reconhecido líquido o direito, será o crédito incluído na classe própria.

- Tudo que envolver a empresa, o juiz tem que julgar e etc, tudo passa pela mão dele.

- Princípios:

1) Da unidade (unicidade):

- Só um juiz pode julgar todos os processos que envolvam o processo originário.

- Exceção: processos internacionais (insolvência transnacional); deslocamento da competência.

2) Da universalidade:

- Aspecto material.

- O juiz é o único para organizar o pagamento dos credores.

3) Da indivisibilidade:

Prescrições que não se suspendem

- Credor proprietário ou trava bancária.
- Fiscal.
- Trabalhista.
- Por que elas não se suspendem? Porque elas estão fora do processo.

§ 7º-A. O disposto nos incisos I, II e III do caput deste artigo não se aplica aos créditos referidos nos §§ 3º e 4º do art. 49 desta Lei, admitida, todavia, a competência do juízo da recuperação judicial para determinar a suspensão dos atos de constrição que recaiam sobre bens de capital essenciais à manutenção da atividade empresarial durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º deste artigo, a qual será implementada mediante a cooperação jurisdicional, na forma do [art. 69 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 \(Código de Processo Civil\)](#), observado o disposto no [art. 805 do referido Código](#).

§ 7º-B. O disposto nos incisos I, II e III do caput deste artigo não se aplica às execuções fiscais, admitida, todavia, a competência do juízo da recuperação judicial para determinar a substituição dos atos de constrição que recaiam sobre bens de capital essenciais à manutenção da atividade empresarial até o encerramento da recuperação judicial, a qual será implementada mediante a cooperação jurisdicional, na forma do [art. 69 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 \(Código de Processo Civil\)](#), observado o disposto no [art. 805 do referido Código](#).

Em relação ao devedor

- Ele continua na frente da empresa, mas tem casos que o AJ substitui.

Em relação ao sócio

Os sócios continuam sendo sócios.

...

Art. 6º, § 9º O processamento da recuperação judicial ou a decretação da falência não autoriza o administrador judicial a recusar a eficácia da convenção de arbitragem, não impedindo ou suspendendo a instauração de procedimento arbitral.

Art. 6º-C. É vedada atribuição de responsabilidade a terceiros em decorrência do mero inadimplemento de obrigações do devedor falido ou em recuperação judicial, ressalvadas as garantias reais e fidejussórias, bem como as demais hipóteses reguladas por esta Lei.